

**ANA PAULA DO PRADO CARDOSO VIANA**

**RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS**



**Brasília (DF)**

**2009**

**ANA PAULA DO PRADO CARDOSO VIANA**

**RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS**

**Monografia apresentada ao Curso de especialização Telepresencial e Virtual em Direito Processual Civil, na modalidade Formação para o Mercado de Trabalho, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista em Direito Processual Civil**

**Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL  
Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP  
Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes - REDE LFG**

**Orientadora: Profa. Susana dos Reis Machado Pretto**

**Brasília (DF)**

**2009**

**ANA PAULA DO PRADO CARDOSO VIANA**  
**RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do título de Especialista em Direito Constitucional, na modalidade Formação para o Magistério Superior, e aprovada em sua forma final pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade do Sul de Santa Catarina, em convênio com o Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP e com a Rede Ensino Luiz Flávio Gomes – REDE LFG.

Brasília, 15 de novembro de 2009.

## RESUMO

Diante da massificação das interações sociais e considerando a garantia constitucional da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII da CF), trazida pela EC 45/2004, a Lei 11.672/2008 acrescentou o art. 543-C ao CPC e inovou ao prever a racionalização do procedimento de apreciação e julgamento dos recursos especiais múltiplos com fundamento em idêntica questão de direito, os denominados recursos especiais repetitivos. Constatada pelo Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal de origem a presença de um grande número de recursos sobre idêntica questão de direito, selecionará um ou alguns para encaminhar para o STJ e determinará a suspensão dos demais, até o pronunciamento pela Seção especializada ou Corte Especial daquela Corte. Após o julgamento dos paradigmas, os Tribunais de origem reexaminarão os acórdãos recorridos e poderão retratar-se, a fim de adotar o entendimento do STJ, e negar seguimento aos recursos sobrestados, ou poderão manter a decisão recorrida, embora divergente daquela adotada pelo STJ, hipótese em que o recurso especial retomará o seu processamento e deverá ter sua admissibilidade examinada.

### **Palavras-chave:**

Recursos especiais repetitivos – Art. 543-C do Código de Processo Civil (CPC) – Resolução 8/2008 do STJ.

## ABSTRACT

Considering social interactions patronization plus the constitutional guarantee of the reasonable duration of proceedings (Article 5, LXXVIII of the Federal Constitution), added by Constitutional Amendment nr. 45/2004; the Law nr. 11.672/2008 added Article 543-C to Civil Procedure Code (CPC) and innovated once fashioned the means to guarantee the celerity of proceedings and the judgment of multiple appeals grounded on identical questions of law, known as repetitive special appeals. Once the initial Court's President (or Vice-President) ascertains a great number of identical appeals of the same question of law, he shall forward one, or some, of these appeals to the Superior Court of Justice (STJ) and shall impose the stay of the remaining until STJ's pronouncement. Subsequent to the paradigms' judgment, the initial Court restudies the appealed decisions and shall either retract in order to follow STJ's pronouncement, denying suspended appeals; or shall maintain the appealed decision, although it goes against STJ's pronouncement, case which the special appeal shall follow its regular procedure having its admissibility studied.

### **Key words:**

Repeated special appeals – Art. 543-C of the Civil Procedural Code (CPC) – Resolution 8/2008 of the STJ.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>07</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>9</b>
Histórico	
<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>13</b>
Procedimento dos recursos especiais repetitivos	
<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>25</b>
Análise dos julgamentos realizados pelo Superior Tribunal de Justiça dos Recursos Especiais afetados à sistemática dos recursos repetitivos	
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>32</b>

## INTRODUÇÃO

Com a promulgação da vigente Constituição Federal, o recurso extraordinário previsto pelo sistema constitucional anterior foi desdobrado em recurso extraordinário *stricto sensu* e recurso especial, sendo aquele destinado precipuamente à tutela das normas constitucionais e com julgamento pelo Supremo Tribunal Federal; e este destinado à tutela da lei federal e a uniformizar o seu entendimento, com julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça, também criado pela mencionada Constituição.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 105, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c”, prevê que o Recurso Especial é aquele interposto em face de causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência; julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal; ou, ainda, der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

Diante da massificação das interações sociais e considerando a garantia constitucional da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII da CF), trazida pela EC 45/2004, o legislador ordinário inovou ao prever a racionalização do procedimento de apreciação e julgamento dos recursos especiais múltiplos com fundamento em idêntica questão de direito, os denominados, recursos especiais repetitivos.

Contudo, em face do recente surgimento dessa nova sistemática do recurso especial repetitivo, ainda é limitado o número de doutrinadores que tratam detalhadamente do assunto, o que leva ao não esgotamento dos elementos necessários para o seu real entendimento e procedibilidade. Observa-se que, embora seja muito utilizado e de grande importância, trata-se de um tema que ainda é muito pouco discutido, gerando um alto grau de incerteza sobre sua aplicabilidade.

Dessa forma, embora sem a pretensão de exaurir a discussão sobre a nova lei de recursos especiais repetitivos, pretende-se com esta pesquisa

bibliográfica uma abordagem mais detalhada a respeito da questão em exame, com o fito de apontar as alterações inauguradas pela Lei 11.672/2008 no âmbito do sistema processual brasileiro e analisar e precisar o procedimento nela previsto, alertando para as deficiências, omissões e contradições legais (capítulo 2); bem como examinar a solução prática dada pelo colendo STJ para essas insuficiências da lei (capítulo 3).



## 1. HISTÓRICO

Após a proclamação da República no Brasil e influenciado pelo sistema norte-americano, foi instaurado o regime federativo no nosso país. Foi neste contexto, e inspirado no *writ of error* criado nos Estados Unidos pelo *Judiciary Act* em setembro de 1789, que surgiu o Recurso Extraordinário brasileiro, através do Decreto 848, de 11 de novembro de 1890, que previa em seu artigo 9º, parágrafo único, *in verbis*:

“Haverá também recurso para o Supremo Tribunal Federal, das sentenças definitivas, proferidas pelos tribunais e juízes dos Estados: a) quando a decisão houver sido contrária à validade de tratado ou convenção, à aplicabilidade de uma lei do Congresso Nacional, finalmente, à legitimidade do exercício de qualquer que seja a alçada; b) quando a validade de uma lei ou ato de qualquer Estado seja posta em questão como contrária à Constituição, aos tratados e às leis federais, e a decisão tenha sido em favor da validade da lei, ou ato; c) quando a interpretação de um preceito constitucional, ou de lei federal, ou de cláusula de um tratado ou convenção, seja posta em questão, e a decisão final tenha sido contrária à validade do título, direito e privilégio ou isenção, derivado de preceito ou cláusula”.

Este recurso passou a constar expressamente da Constituição de 1891, no artigo 59, §1º, alíneas “a” e “b”, porém, ainda sem a denominação de recurso extraordinário, que somente foi utilizada no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal de 1891 e a partir da Constituição de 1934.

A Carta Política, de 1967, previa, em seu artigo 114, inciso III (alterado pelo Ato Institucional nº 06, de 1º de fevereiro de 1969), a competência do Supremo Tribunal Federal para julgar, em recurso extraordinário, as causas que fossem decididas contrariamente à Constituição ou a texto legal; bem como causas nas quais se questionava a validade de lei federal, em face da Constituição, ou negativa de vigência à lei; como também as causas em que houvesse contestação da validade de lei, ou ato de governo local, em face da Constituição, ou lei federal; e, por fim, causas em que existisse divergência jurisprudencial quanto à aplicação da legislação infraconstitucional.

Contudo, não tardou para que se percebesse a impossibilidade de um único tribunal, com poucos ministros, exercer o controle de legalidade e constitucionalidade das decisões proferidas por todos os tribunais estaduais. Paulatinamente, foram sendo criadas restrições ao cabimento do recurso extraordinário, a fim de tentar controlar o crescente número de processos dirigidos à Corte Suprema, tais como, a delimitação pelo próprio STF em seu Regimento Interno das causas que comportassem recurso extraordinário e a arguição de relevância que permitia ao STF escolher, entre os casos regimentalmente vetados, aqueles que estavam a merecer seu julgamento.

Assim, em face dessas restrições e da impossibilidade de exercer o controle da legalidade das decisões judiciais, uma vez que o recurso extraordinário tornou-se um recurso de difícil e de incerta admissibilidade, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais atender aos anseios da sociedade.

Em 1963 José Afonso da Silva publicou sua obra *Recurso extraordinário do direito processual brasileiro*<sup>1</sup> que preconizava a criação de um Tribunal Superior de Justiça, sendo que, em 1965, foi realizada uma mesa-redonda na Fundação Getúlio Vargas, composta por eminentes juristas, como por exemplo, Miguel Reale, Seabra Fagundes e Caio Mário da Silva Pereira, a fim de discutir a ideia de criação de um tribunal que absorvesse a competência do Supremo Tribunal Federal para o julgamento dos recursos extraordinários em matéria infra-constitucional.

Desta forma, em consequência do crescente número de demandas judiciais, do acúmulo dos processos que aguardavam, por prazo indeterminado, a solução das lides, da impossibilidade de se dar efetividade aos processos, como também de se garantir o acesso de todos à justiça, a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 criou o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais Regionais Federais de 2º grau (hoje em número de 5). Em 7 de abril de 1989 foi efetivamente instalado o Superior Tribunal de Justiça.

Ao Superior Tribunal de Justiça foi transferida a competência de garantir a uniformidade de interpretação e a correta aplicação das normas federais em todo o território nacional. Sobre a competência do Superior Tribunal de Justiça, convém trazer o ensinamento do professor Bernardo Pimentel Souza:

---

<sup>1</sup> SILVA, José Afonso da. *Recurso extraordinário do direito processual brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963.

“Para que a finalidade da criação do Superior Tribunal de Justiça fosse atingida, o legislador constituinte transferiu à novel corte boa parte da competência antes conferida ao Supremo Tribunal Federal. É o que se depreende do cotejo do artigo 105, inciso I, alíneas “a”, “d” e “g”, inciso II, alíneas “a” e “c”, e inciso III, alínea “a”, “b” e “c”, da Constituição vigente, com o artigo 119, inciso I, alíneas “b”, “e” e “f”, inciso II, alíneas “a” e “c”, e inciso III, alíneas “a”, “c” e “d”, da Carta de 1967, com a redação dada pela Emenda n. 1, de 1969. Já do extinto Tribunal Federal de Recursos, o Superior Tribunal de Justiça herdou pequena parte da competência. É o que revela a comparação do artigo 105, inciso I, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, da Constituição Federal de 1988, com o artigo 122, inciso I, alíneas “b”, “c” e “e”, da Carta de 1967, com a redação dada pela Emenda n. 1, de 1969. Então, não parece ser correto dizer que o Superior Tribunal de Justiça substituiu o Tribunal Federal de Recursos. Na verdade, tudo indica que a extinta corte deu lugar aos atuais tribunais regionais federais. É a conclusão que se tira do cotejo do artigo 108, inciso I, alíneas “a”, “c”, “d”, e “e”, e o inciso II, da Constituição vigente, com o artigo 122, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, e inciso III, da Carta de 1967, com a redação dada pela Emenda n. 1, de 1969.”<sup>2</sup>

Observa-se, pois, que o antigo recurso extraordinário sofreu um desdobramento com a Constituição Federal de 1988, sendo certo que toda a matéria de natureza infraconstitucional passou para a competência do Superior Tribunal de Justiça, analisada por meio de Recurso Especial, permanecendo a competência do Supremo Tribunal Federal para apreciar por meio de Recurso Extraordinário a matéria constitucional.

Convém esclarecer que, ao contrário do STF, o número de integrantes do STJ poderá ser alterado para que se aumente o número de julgadores, na hipótese de futuros congestionamentos, sem a necessidade de reforma constitucional.

Ocorre que o Brasil, até a promulgação da Constituição de 1988, em que o Poder Judiciário não possuía a amplitude conferida pelo sistema implantado pela Carta Magna, possuía uma enorme quantidade de demandas reprimidas.

Além disso, nos últimos anos, o País tem experimentado rápidas mudanças sociais e estruturais, associadas a um crescimento econômico e populacional significativo. Ao longo desse tempo, o sistema jurídico vigente não foi dotado de recursos materiais e de pessoal à altura da demanda pelos seus serviços. Tampouco a organização institucional modernizou-se como os cidadãos almejam,

<sup>2</sup> SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos Recursos Cíveis e à Ação Rescisória*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 361.

acentuando-se, cada vez mais, a insatisfação da sociedade em relação à justiça, firmando a tão propalada crise do judiciário

Diante dessa situação, especialmente após o advento da Emenda Constitucional 45/2005 (Reforma do Judiciário), têm sido propostas alterações legislativas visando a modernização e simplificação do sistema normativo que rege o Direito Processual, a fim de garantir maior celeridade e efetividade ao sistema judiciário brasileiro.

Dentre essas mudanças, é possível destacar: a) a ampliação dos poderes dos relatores nos tribunais (arts. 557 e 527 do CPC); b) implantação de súmula vinculante e súmula impeditiva de processamento de recurso; c) súmula de Tribunal Superior e jurisprudência do Plenário do STF impeditivas de reexame necessário (art. 475, parágrafo 3º do CPC); d) possibilidade de julgamento antecipado das causas repetidas (art. 285-A do CPC); e) distribuição imediata dos processos; f) deslocamento da competência de alguns feitos para a Justiça Militar e Trabalhista; e g) criação de novo requisito de admissibilidade para o recurso extraordinário (repercussão geral)<sup>3</sup>.

Nesse contexto, inspirada na Lei 11.418/06 (que disciplina os recursos repetitivos no STF), foi editada a Lei 11.672, de 8 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 9 de maio de 2008, que acrescentou o artigo 543-C ao Código de Processo Civil que trouxe a sistemática dos recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

<sup>3</sup> ARAÚJO, José Henrique Mouta. O julgamento dos recursos especiais por amostragem: notas sobre o art. 543-C do CPC. **Revista Dialética de Direito Processual**, 08/2008, n. 65, p. 55.

## 2. PROCEDIMENTO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS

O Projeto de Lei 1.213/2007, de autoria do Poder Executivo, foi apresentado em regime de urgência à Câmara dos deputados em 30 de maio de 2007, tendo como relator o Deputado Federal MAURÍCIO RANDS. Esse projeto foi elaborado baseado em sugestão do Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça ATHOS GUSMÃO CARNEIRO de se adotar um mecanismo de filtragem recursal, inspirado no procedimento previsto na Lei 11.418/2006, que simplificou o julgamento dos recursos múltiplos, fundados em idêntica matéria, no âmbito do STF.

Já em 7 de fevereiro de 2008 o Projeto foi remetido ao Senado Federal, tendo sido designada relatora a Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Por fim, em 8 de maio de 2008 foi editada a Lei 11.672, publicada no Diário Oficial da União de 9 de maio de 2008, que acrescentou o artigo 543-C ao Código de Processo Civil e trouxe a sistemática dos recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. A *vacatio legis* foi instituída em 90 dias a contar da data de publicação da lei, ou seja, o novo art. 543-C do CPC entrou em vigor em 8 de agosto de 2008.

De acordo com a exposição de motivos elaborada pelo douto Ministro da Justiça TARSO GENRO, somente em 2005 foram remetidos mais de 210.000 processos ao Superior Tribunal de Justiça, e em 2006 esse número subiu para 251.020, demonstrando o preocupante crescente número de processos em trâmite no STJ. Além disso, constatou-se que grande parte desses processos tratavam de matérias idênticas.

Diante dessa situação, a Lei 11.672/2008 incorporou ao ordenamento jurídico uma técnica de solução de massa para situações jurídicas idênticas, a fim de prestigiar os princípios constitucionais da isonomia, segurança jurídica e celeridade.

De fato, já havendo entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria discutida no recurso não é razoável manter-se toda a solenidade do trâmite recursal.

A regulamentação do processamento e julgamento do Recurso Especial repetitivo ficou por conta dos regimentos do STJ e dos Tribunais de segunda instância.

Em 7 de julho de 2008 foi editada a primeira Resolução do STJ, de nº 7/2008 que, diante da polêmica que algumas de suas disposições causaram<sup>4</sup>, antes mesmo de entrar em vigência (8.8.2008), foi revogada pela Resolução nº 8/2008, de 7 de agosto de 2008, que entrou em vigor em 8.8.2008.

Convém mencionar que a Resolução nº 7/2008 era mais explícita e detalhada do que a Resolução nº 8/2008, indicando uma maior prudência neste momento inicial de regramento da Lei 11.672/2008.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise do procedimento dos Recursos Especiais repetitivos.

Eis a redação do *caput* do art. 543-C do CPC, *in verbis*:

*Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, o recurso especial será processado nos termos deste artigo.*

Da leitura desse dispositivo, constata-se que os requisitos para a sua aplicação são: (a) multiplicidade de recursos; e (b) idêntica questão de direito.

Quanto ao primeiro requisito, constata-se que a Lei não determinou um número mínimo de casos idênticos.

Já o segundo requisito ocorrerá quando as teses jurídicas discutidas, reveladas pelas respectivas causas de pedir, sejam as mesmas.

<sup>4</sup> A propósito, convém mencionar as seguintes regras previstas na Resolução nº 7 que foram suprimidas do texto da Resolução nº 8: (a) art. 1º, *caput* – determinação de suspensão por apenas 180 dias dos recursos especiais sobrestados; (b) art. 1º, § 3º - irrecorribilidade da decisão do Presidente do Tribunal que determina a suspensão dos recursos; (c) suspensão dos processos que ainda não foram distribuídos e dos em andamento no primeiro grau de jurisdição; (d) art. 6º - fixação do prazo de 60 dias, contados da afetação, para o encerramento do julgamento do recurso especial repetitivo; (e) art. 12 - criação de efeito vinculante às decisões tomadas nos recursos especiais paradigmas ao determinar os processos suspensos em primeiro grau de jurisdição seriam decididos de acordo com a orientação firmada pelo STJ.

Diferentemente do procedimento previsto no art. 543-B do CPC para o Recurso Extraordinário, para o cabimento do Recurso Especial não é necessário o preenchimento do requisito relativo à repercussão geral da questão federal.

A título de exemplo, podem ser citados os seguintes recentes casos que se encaixariam na repetição de questão de direito invocada pela norma: ações questionando a legalidade da cobrança de assinatura mensal em terminal telefônico, a cobrança dos pulsos além da franquia em terminal telefônico; ações cobrando diferenças de expurgos inflacionários não creditados em contas-poupança no período dos planos econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II; ações questionando a limitação dos juros cobrados por instituições financeiras, dentre outras.

Por sua vez, o § 1º do artigo 543-C do CPC assim dispõe:

*§ 1º Caberá ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça.*

A Resolução nº 8/2008 ampliou a competência para admissão dos recursos especiais também para o vice-presidente do Tribunal recorrido (Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal).

Além disso, de acordo com essa resolução, num primeiro momento deverá ser selecionado pelo menos um processo de cada relator e, dentre esses, o Presidente ou o Vice-Presidente do Tribunal selecionará os que contiverem maior diversidade de fundamentos no acórdão e de argumentos no recurso especial. De fato, os recursos selecionados deverão conter, de modo completo, todos os fundamentos necessários à compreensão integral da questão do direito.

A Resolução nº 7/2008 previa em seu art. 10, III que na hipótese de haver outras questões argüidas de maneira independente no recurso especial, seria ele agrupado como repetitivo diante da questão central discutida que versa sobre idêntica questão de direito e, após o julgamento do paradigma, seria ele julgado quanto à questão central e depois seria submetido ao juízo de admissibilidade quanto às outras questões nele argüidas.



Ocorre que essa Resolução, como visto, foi revogada pela Resolução nº 8/2008, que não tratou dessa questão, abrindo espaço para que a doutrina se divida nas seguintes teorias:

- a) O recurso não será agrupado como repetitivo e, portanto, não será suspenso<sup>5</sup>;
- b) O recurso será agrupado como repetitivo e suspenso, e seguirá o curso do paradigma, a despeito das demais questões alegadas de modo independente;
- c) O recurso será agrupado como repetitivo e suspenso e, após o julgamento do paradigma, será julgado quanto à questão central e depois seria submetido ao juízo de admissibilidade quanto às outras questões nele arguidas (art. 10, III da Resolução nº 7/2008); e
- d) O recurso será suspenso apenas no tocante à questão central discutida, mas prossegue o trâmite normal em relação às outras questões até a realização do juízo de admissibilidade. Após o julgamento do paradigma, a questão central terá a mesma solução, mas as outras questões já teriam sido suficientes para admitir ou não o recurso especial de acordo com o juízo de admissibilidade já realizado.

Reputo que a solução que melhor se adequa ao intuito da Lei 11.672/2008 é a previsão contida na revogada Resolução nº 7/2008.

O Professor BRUNO ESPÍNEIRA LEMOS defende que, caso o recurso seja sobrestado de maneira equivocada, caberá o ajuizamento de Reclamação perante o Superior Tribunal de Justiça<sup>6</sup>. Defende, ainda, a necessidade de ser admitido o agravo interno contra a decisão que escolhe o recurso paradigma.

<sup>5</sup> Nesse sentido, o Professor HUMBERTO THEODORO JÚNIOR defende que essa suspensão pressupõe que todos os recursos especiais sejam realmente veiculados apenas de uma única questão de direito. Se outras questões diferentes justificarem o cabimento do especial, não poderá ele ser paralisado em sua marcha apenas porque um dos seus diversos fundamentos coincide com o de outro recurso da espécie. A aplicação do art. 543-C pressupõe identidade total de fundamento de direito entre os recursos, para que possam ser classificados como seriados ou repetitivos. (O novo art. 543-C do Código de Processo Civil (Lei nº 11.672, de 8.5.2008). **Revista Forense**, 5-6/2008, n. 397, p. 195).

<sup>6</sup> LEMOS, Bruno Espíneira. *Recursos Especiais Repetitivos*. Curitiba: Letra da Lei, 2009, p. 42.



Já os Professores TEREZA ARRUDA ALVIM WAMBIER e JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA, sustentam o cabimento do Agravo de Instrumento do art. 544 do CPC para questionar o sobrestamento indevido<sup>7</sup>.

Para o Ministro aposentado do STJ ATHOS GUSMÃO CARNEIRO, seria o caso de o recorrente pedir reconsideração à Presidência do Tribunal de segundo grau, demonstrando a diversidade de situações jurídicas e requerendo a retirada de seu recurso do rol dos sobrestados<sup>8</sup>.

Diante dessa controvérsia, adiro ao posicionamento dos Doutrinadores LUIZ RODRIGUES WAMBIER e RITA DE CÁSSIA CORRÊA DE VASCONCELOS, que defendem a aplicação do princípio da fungibilidade adotado para a obtenção do processamento imediato dos recursos especiais e extraordinários retidos, previsto no art. 542, § 3º do CPC, *que oscilam na doutrina e na jurisprudência entre uma simples petição, ação cautelar e agravo de instrumento ao tribunal Superior*<sup>9</sup>

Caso os Tribunais inferiores não adotem a providência de seleção dos recursos repetitivos, poderá o Ministro Relator designado para o recurso no Superior Tribunal de Justiça, ao identificar que sobre a controvérsia já existe jurisprudência dominante ou que a matéria já está afeta ao colegiado, determinar a suspensão, nos tribunais de segunda instância, dos recursos nos quais a controvérsia esteja estabelecida (art. 543-C, § 2º do CPC).

Ressalte-se que apenas nas duas hipóteses citadas (existência de jurisprudência dominante e matéria já afetada ao colegiado) que o relator terá poderes para suspender os processos em trâmite nas instâncias ordinárias, o que demonstra que a Lei depositou a competência primordial no Presidente do Tribunal de origem e, de forma supletiva, no relator no STJ.

Os recursos especiais repetitivos serão distribuídos por dependência no STJ. O Relator poderá solicitar informações, no prazo de quinze dias, aos tribunais inferiores a respeito da controvérsia (art. 543-C, § 3º do CPC), a fim de tomar

<sup>7</sup> WAMBIER, Teresa Arruda Alvim e MEDINA, José Miguel Garcia. Sobre o novo art. 543-C do CPC: sobrestamento de recursos especiais 'com fundamento em idêntica questão de direito'. **Revista de Processo**, 33/2008, n. 159, p. 218.

<sup>8</sup> CARNEIRO, Athos Gusmão. Primeiras observações sobre a lei dos recursos repetitivos no STJ. **Revista de Processo**, 33/2008, n. 160, p. 85.

<sup>9</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues e VASCONCELOS, Rita de Cássia Corrêa. Recursos especiais repetitivos: reflexos das novas regras (Lei 11.672/2008 e Resolução 8 do STJ) nos processos coletivos. **Revista de Processo**, 33/2008, n. 163, p. 30.

conhecimento da orientação adotada pelas Cortes inferiores, o que lhe confere melhores condições de julgar a causa.

Convém, aqui, trazer a crítica do Professor CARREIRA ALVIM a esse pedido de informações para os Tribunais de origem:

*Só não consigo entender o alcance desse pedido de informações -, as quais deverão, na verdade, ser requeridas ao órgão competente para o juízo de admissibilidade desses recursos (presidente, vice-presidente), e entendo ainda menos quando vejo que são pedidas as informações aos tribunais de origem 'a respeito da controvérsia'. O que terão esses tribunais a informar ao relator, no STJ, sobre os recursos especiais que estão tramitando nessas cortes de justiça?*

*Se o legislador vislumbrou nessas informações alguma finalidade, deveria ter sido mais explícito, e dito 'informações sobre o quê', porque dizendo a respeito da controvérsia', esta não permite aos tribunais, mas às partes recorrentes.*

*(...)*

*Esse pedido de informações constitui uma faculdade do relator, que, se vir alguma utilidade nelas, pede-as, e, se não vir, não as pede, estando tudo a depender de cada recurso especial no caso concreto<sup>10</sup>.*

Por outro lado, o Advogado e Mestre em Direito SAMIR JOSÉ CAETNO MARTINS ressalta a importância desse procedimento, nos seguintes termos:

*(...) O propósito de prevenir o dissídio jurisprudencial e a disseminação de processos repetitivos, em que pese seu largo mérito, tem o inconveniente de coatar o debate sobre a questão de direito antes de a comunidade jurídica chegar a um grau adequado de maturação sobre o ponto discutido. Com a coleta de informações dos tribunais de origem, minimiza-se o efeito da prematuridade da uniformização de jurisprudência.<sup>11</sup>*

A Resolução nº 8/STJ deixa a critério do Relator a submissão para julgamento pela Seção ou pela Corte Especial, conforme dispuser o Regimento Interno do STJ, recursos especiais já distribuídos que foram representativos de questão jurídica objeto de recursos repetitivos. Nesse caso, a decisão do Relator deverá ser comunicada aos demais Ministros e aos Presidentes dos Tribunais de

<sup>10</sup> ALVIM, J. E. Carreira. Recursos especiais repetitivos: mais uma tentativa de desobstruir os Tribunais. **Revista de Processo**, 33/2008, n. 162, p. 177.

<sup>11</sup> MARTINS, Samir José Caetano. O julgamento de Recursos Especiais Repetitivos (Lei 11.672/2008). **Revista dialética de direito processual**, 07/2008, n. 64, p. 116.

Justiça e dos Tribunais Regionais Federais para suspender os recursos que versem sobre a mesma controvérsia.

Diante da relevância e influência da decisão, e a fim de garantir a observância do devido processo legal, notadamente o contraditório e a ampla defesa, admite-se a manifestação escrita de pessoas, órgãos ou entidades interessados na solução da controvérsia (art. 543-C, § 4º do CPC). O Ministro da Justiça TARSO GENRO enfatiza na exposição de motivos a possibilidade de manifestação daqueles que figurarem como parte nos processos suspensos.

De acordo com o Professor DENIS DONOSO, *os órgão e entidades de que trata o § 4º também devem ter interesse na controvérsia, mas este interesse, ao contrário daqueles que efetivamente são partes – seja no recurso paradigma, seja num daqueles sobrestados -, muito se assemelha à conhecida pertinência temática. Por exemplo, num caso que trate sobre a aplicação de uma norma do Código de Processo Civil haverá o interesse (pertinência temática) do Instituto Brasileiro de Direito Processual; a ação que questiona a incidência de determinado tributo na prestação de serviços jurídicos há o interesse na participação da Ordem dos Advogados do Brasil, por intermédio de seu Conselho Federal*<sup>12</sup>.

Ainda acerca da atuação dos terceiros interessados, cumpre trazer à baila os ilustres esclarecimentos do Doutrinador BRUNO ESPIÑEIRA LEMOS:

*A natureza dos terceiros interessados, que poderão, além da manifestação escrita, realizar sustentação oral, conforme precedente já firmado diante do julgamento do REsp. 1.061.530/RS, por seus advogados regularmente habilitados nos autos, reside em uma linha tênue, diante dos efeitos erga omnes da decisão do STJ, que encontram-se em área limítrofe entre a assistência simples e a mais densa assistência litisconsorcial.*

*Um parêntese de reforço e cuja dignidade de nota salta aos olhos, inclusive, quanto à própria discussão acerca da natureza jurídica dos ‘amigos da Corte’, diz respeito aos ‘procedimentos’ para atuação conjunta dos Estados e do Distrito federal nos processos submetidos à sistemática da lei dos recursos repetitivos.*

*Os Estados e o Distrito Federal criaram uma Câmara Técnica, com regimento interno, que funciona como um órgão auxiliar do Colégio Nacional de Procuradores Gerais dos Estados e do Distrito Federal e é responsável pela organização de ‘sistema*

<sup>12</sup> DANOSO, Denis. Julgamento de recursos repetitivos no âmbito do STJ e o novo art. 543-C do Código de Processo Civil. Disponível em <http://jus2.uol.com.br>. Acesso em 23.8.2009.

*de atuação conjunta os entes federados, com a finalidade de promover a articulação, o desenvolvimento de ações, a uniformização e a otimização da defesa do interesse público, em questões comuns, perante os Tribunais Superiores’.*

*A referida Câmara Técnica, atualmente presidida pela competente e intemerata procuradora do Estado do Amazonas, Dra. Sandra Couto, detém importância que se sobrepõe, especialmente, diante dos julgamentos em sede de repercussão geral no STF, e com a utilização do regime dos recursos repetitivos no STJ, prestando um inestimável serviço a toda Federação.*

*A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), adotando postura de salvaguarda das prerrogativas dos advogados e atenta para questões de defesa da Constituição, da ordem jurídica do Estado Democrático de Direito, dos direitos humanos, da justiça social, da boa aplicação das leis, da rápida administração da justiça e do aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas, diante da nova lei de recursos repetitivos, editou o Provimento 128/2008, fixando os parâmetros para sua atuação em recursos especiais repetitivos (...)<sup>13</sup>.*

A despeito da importância da manifestação de terceiros no processo, o ministro relator deve tomar cuidado para evitar que se cause tumulto na instrução do recurso e afetar a celeridade da tutela recursal, principal objetivo da Lei 11.672/2008.

Da mesma forma, o Ministério Público terá quinze dias para se manifestar nas questões que envolvam matéria pertinente às suas finalidades institucionais.

O julgamento dos recursos selecionados terá preferência sobre os demais no âmbito do STJ, ressalvados os que envolvam réu preso e pedidos de *Habeas Corpus* (art. 543-C, § 6º do CPC).

Incluído o Recurso Especial em pauta na Seção ou na Corte Especial, a coordenação do órgão julgador extrairá cópias do acórdão recorrido, do recurso especial, das contra-razões, da decisão de admissibilidade, do parecer do Ministério Público e de outras peças indicadas pelo relator, encaminhando-as aos integrantes do órgão julgador pelo menos 5 dias antes do julgamento (art. 4º, parágrafo único da Resolução nº 8/STJ).

<sup>13</sup> LEMOS, Bruno Espíneira. *Recursos Especiais Repetitivos*. Curitiba: Letra da Lei, 2009, p. 44/45.

A Resolução nº 7/2008 previa que o julgamento do recurso especial afetado deveria se encerrar no prazo de 60 dias, mas esse dispositivo não foi repetido na Resolução nº 8/2008.

Após a publicação do julgamento do Recurso Especial repetitivo, a coordenadoria do órgão julgador deverá expedir ofício aos tribunais de origem com cópia do acórdão relativo ao recurso especial julgado como representativo de controvérsia.

Cabe, aqui, a ressalva de que, embora o art. 4º, § 7º da Resolução 8/2008 do STJ seja expresso em determinar que as providências junto aos Tribunais de origem serão tomadas após a publicação do acórdão, priorizando a celeridade dos julgamentos, afigura-se mais prudente seja aguardada a definitividade da decisão, que ocorre com o trânsito em julgado, evitando que eventual reforma do recurso especial cause transtornos no restabelecimento de decisões que, muitas vezes, nem deveriam ter sido modificadas. Aliás, convém aqui destacar, que a revisão das teses jurídicas pelos Tribunais Superiores, em especial pelo STJ, tem ocorrido com muito mais frequência do que seria de se esperar, gerando grande insegurança jurídica.

Quanto às providências adotadas após o julgamento, o art. 5º da Resolução 2/2008-STJ determina que os demais recursos especiais fundados em idêntica controvérsia terão os seguintes andamentos:

*I - Se já distribuídos, serão julgados pelo relator, nos termos do art. 557 do Código de Processo Civil;*

*II – se ainda não distribuídos, serão julgados pela Presidência, nos termos da Resolução nº 3, de 17 de abril de 2008<sup>14</sup>;*

*III – se sobrestados na origem, terão seguimento na forma prevista nos parágrafos sétimo e oitavo do artigo 543-C do Código de Processo Civil.*

Por sua vez, os §§ 7º e 8º do art. 543-C do CPC dispõem que:

*§ 7º Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem:*

*I - terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; ou*

<sup>14</sup> A fim de incrementar o número de julgados pela Presidência do STJ, foi criado o Núcleo de Procedimentos Especiais da Presidência – NUPRE, formado por servidores que se encarregam de reunir os recursos sobre matérias reiteradamente decididas no STJ.

*II - serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça.*

*§ 8º Na hipótese prevista no inciso II do § 7º deste artigo, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial.*

A Resolução nº 7/2008 teve sua constitucionalidade questionada quanto à vinculação do Tribunal de origem à posição adotada pelo STJ no julgamento do paradigma. Essa disposição não foi repetida pela Resolução nº 8/2008 que, embora não seja expressa quanto à possibilidade de o órgão *a quo* adotar ou divergir da orientação fixada pelo STJ, o citado § 8º do art. 543-C do CPC refere-se à hipótese de ser “mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem”, o que sugere essa possibilidade.

Pode-se concluir, então, que, julgados os recursos especiais paradigmas, o Tribunal de origem irá reexaminar os recursos ordinários (apelação, agravo, embargos infringentes) que dera origem ao acórdão impugnado por recurso especial e poderá adotar as seguintes alternativas:

a) manter a decisão recorrida, embora divergente daquela adotada pelo STJ, hipótese em que o recurso especial retomará o seu processamento e deverá ter sua admissibilidade examinada (art. 543-C, § 7º, II e 8º do CPC) ou

b) retratar-se, a fim de adotar o entendimento do STJ, e negar seguimento aos recursos sobrestados (art. 7º, I do art. 543-C do CPC).

Questão importante a ser analisada diz respeito à retratação do Tribunal *a quo* que irá beneficiar os recursos especiais inadmissíveis, mas cuja admissibilidade ainda não tenha sido constatada. Essa situação atenuaria o formalismo excessivo exigido para a propositura dos recursos especiais, privilegiando o princípio da isonomia, já que garantiria a aplicação da solução fixada pelo STJ a todos os processos com idêntica controvérsia. Além disso, conforme observam os Professores TEREZA ARRUDA ALVIM WAMBIER e JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA, *se assim não fosse, haveria o risco de serem ajuizadas tantas ações rescisórias quantos fossem os casos de recursos especiais admitidos*<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Ob. cit., p. 221.



Importante observar, ainda, que eventual ação rescisória deverá ser ajuizada contra o acórdão proferido pelo Tribunal de 2º grau que adotou o paradigma do STJ.

O procedimento do recurso especial repetitivo se aplica, no que couber, aos agravos de instrumento interpostos contra decisão que não admitir o recurso especial.

O Professor BRUNO ESPIÑEIRA LEMOS alerta para a omissão normativa quanto à possibilidade de *reajulgamento das matérias sedimentadas pelo mecanismo dos recursos repetitivos e que, em razão do passar do tempo, entre mudanças e evoluções do direito e da dinâmica social, mereceriam revisão*<sup>16</sup>. E conclui pela necessidade de que o legislador federal acrescente dispositivo à nova sistemática dos recursos repetitivos, tratando dos legitimados para proporem a revisão, quando oportuna, de julgamentos realizados sob sua metodologia, sugerindo-se, destarte, modelo semelhante àquele adotado pelo constituinte reformador diante da revisão de súmulas do Supremo Tribunal Federal (STF), com a redação conferida pela Emenda Constitucional 45/2004<sup>17</sup>.

Outra omissão da Resolução nº 8/2008 em relação à de nº 7 diz respeito à extensão dos efeitos do pronunciamento definitivo do STJ no acórdão paradigma em relação aos processos suspensos em primeiro grau de jurisdição<sup>18</sup>.

Diante do princípio da imediata incidência das leis processuais, a Lei 11.672/2008 aplica-se aos recursos já interpostos por ocasião de sua entrada em vigor (art. 2º). Afastou-se, portanto, a regra de que, ordinariamente, o recurso se rege pela lei do tempo da decisão a impugnar.

Informação importante consiste em que o Superior Tribunal de Justiça teve a oportunidade de manifestar o entendimento, firmado por maioria de votos, de que, quando selecionado o Recurso Especial para figurar como paradigma no procedimento dos recursos repetitivos, não é possível a desistência, uma vez que o interesse público prevalece sobre o privado<sup>19</sup>. Essa posição foi criticada por parte da

<sup>16</sup> Ob. cit. p. 48.

<sup>17</sup> Art. 103-A, § 2º da CF – Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

<sup>18</sup> Art. 12 da Resolução nº 7/2008 (revogada): os processos suspensos em primeiro grau de jurisdição serão decididos de acordo com a orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, incidindo, quando cabível, o disposto nos artigos 285-A e 518, § 1º do Código de Processo Civil.

<sup>19</sup> Questão de Ordem afetada à Corte Especial nos REsp. 1.058.114/RS e 1.063.343/RS.

comunidade jurídica, especialmente por advogados, que defendem a aplicação do art. 501 do CPC também aos recursos repetitivos e sugerem que, manifestada a divergência, o recurso não poderia mais ser julgado, mas o Tribunal poderia selecionar outro recurso representativo da controvérsia para prosseguir com o incidente do art. 543-C do CPC.

O STJ mantém a relação atualizada dos recursos repetitivos em sua página na internet, que poderá ser visualizada no endereço: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br), no *link* “consulta” – “recursos repetitivos”.



### **3. ANÁLISE DOS JULGAMENTOS REALIZADOS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DOS RECURSOS ESPECIAIS AFETADOS À SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS.**

Como visto, o STJ adotou uma posição minimalista em relação ao estabelecimento dos procedimentos relativos ao processamento e julgamento de recursos especiais repetitivos, motivo pelo qual as considerações efetuadas neste trabalho ainda são superficiais diante das questões que sem dúvidas surgirão nas vicissitudes da prática forense e que serão solucionadas de forma mais conveniente à eficiência do processo, de acordo com a experiência jurisprudencial dessa Corte Superior e dos Tribunais de segundo grau.

Diante dessa situação, passo à análise dos principais julgados em que a nova sistemática foi efetivada.

O REsp. 1.061.530/RS foi submetido ao procedimento dos recursos repetitivos pelo Relator originário Ministro ARI PARGENDLER, que em seu despacho determinou a suspensão das ações relativas a contratos bancários que versem sobre as seguintes matérias: *a) juros remuneratórios, b) capitalização de juros, c) mora, d) comissão de permanência; e) inscrição do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito; f) disposições de ofício no âmbito do julgamento da apelação acerca de questões não devolvidas ao tribunal.*

Inicialmente, de se ter em conta a disposição legal de que deve ser selecionado os processos que contiverem maior diversidade de fundamentos no acórdão e de argumentos no recurso especial.

Entretanto, conforme bem salientado pelo parecer do ilustre membro do Ministério Público Federal, AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS, deve ser levado em conta a importância da correta definição e delimitação da controvérsia fático-jurídica

a ser analisada pelo STJ sob o procedimento dos recursos repetitivos, a fim de identificar, após o julgamento, exatamente quais os recursos especiais sobrestados que terão seguimento denegado ou serão novamente examinados pelo tribunal de origem. E conclui que, no presente caso, *apesar da relevância dos temas suscitados nestes autos, o Ministério Público Federal chama a atenção dos eminentes Ministros da 2ª Seção do STJ para a abrangência que foi conferida ao escopo da cognição a ser considerado no julgamento deste recurso especial.*

De fato, é essencial que o tema seja regularmente especificado, evitando-se a generalidade, a fim de afastar as dúvidas acerca da discussão que será desenvolvida pelo Superior Tribunal de Justiça, dificultando a atuação do Ministério Público e do *amicus curiae* e também a seleção dos recursos especiais que deverão ser sobrestados.

A propósito, cumpre ressaltar a manifestação das seguintes entidades nessa demanda: a) Conselho federal da OAB, b) presidente do Banco Central, c) presidente da FEBRABAN, e d) Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Além disso, o membro do Ministério Público alerta para a ausência de jurisprudência pacífica e dominante quanto à questão da capitalização dos juros, o que torna inadequada e prematura a invocação da metodologia dos recursos repetitivos.

Outra questão que merece destaque é a de que, na prática, o(s) recurso(s) especial(is) paradigma(s) selecionados pelo Presidente ou Vice Presidente do Tribunal de origem passa(m) por um novo juízo de admissibilidade pelo relator no STJ que poderá afastar o procedimento do art. 543-C do CPC e julgar monocraticamente com fundamento no art. 557 do CPC. A propósito, o seguinte precedente do STJ:

*Civil. Processo civil. Recurso especial representativo de controvérsia (art. 543-C, § 1º, do CPC). Questão de ordem. Reconhecimento, pelo Tribunal de Justiça, da existência de multiplicidade de recursos com o mesmo tema. Envio do processo ao STJ, com suspensão das demais ações semelhantes. Desenvolvimento da disciplina relativa ao julgamento dos recursos repetitivos, a partir do quanto já estabelecido no Resp nº 1.061.530/RS.*

*- No curso do julgamento do Resp nº 1.061.530/RS, a 2ª Seção decidiu que não é possível o estabelecimento de tese jurídica vinculativa quando o recurso especial não puder ser admitido naquele particular. Assim, entendeu-se que, para os*

*efeitos do § 7º do art. 543-C do CPC, a questão de direito idêntica, além de estar selecionada na decisão que instaurou o incidente de processo repetitivo, deve ter sido expressamente debatida no acórdão recorrido e nas razões do recurso especial, preenchendo todos os requisitos de admissibilidade.*

*- Na presente hipótese, verifica-se que o recurso especial selecionado não pode ser conhecido, em face do óbice da Súmula nº 284/STF. Percebe-se, portanto, que nem todo processo remetido ao STJ a partir do reconhecimento, pelas instâncias ordinárias, da existência de representatividade de controvérsia poderá ser realmente julgado nos termos do art. 543-C do CPC.*

*- Muito embora o art. 2º da Resolução nº 8, de 7/08/2008, indique ser o julgamento dos processos desta natureza sempre de competência das Seções ou da Corte Especial, estes órgãos teriam desvirtuada sua natureza de unificadores de jurisprudência se os Ministros Relatores fossem obrigados a levar todos os processos repetitivos em pauta, ainda quando estes sejam notadamente inadmissíveis. Tais órgãos de sobreposição devem ficar vinculados apenas ao exame do mérito dos temas afetados. Questão de ordem acolhida para estabelecer que o art. 2º da Resolução nº 8, de 07.08.2008, aplicar-se-á aos recursos representativos de controvérsia que, de acordo com o entendimento do Ministro Relator, superem a fase de admissibilidade recursal e sejam admitidos para julgamento de mérito. Verificada a hipótese de não conhecimento do recurso, está autorizado o Ministro Relator a julgá-lo de acordo com o art. 557 do CPC, ou na forma colegiada. Oficie-se ao TJ/MS a respeito da não instauração do procedimento repetitivo, para que sejam adotadas as providências de estilo (QO no REsp. 1.087.108/MS, 2S, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 4.3.2009).*

Por outro lado, caso o relator entenda que deve ser mantido o processamento do recurso nos termos do art. 543-C do CPC, determinará que os demais tribunais suspendam o juízo de admissibilidade dos recursos com idêntica questão de direito.

No julgamento da Questão de Ordem do REsp. 1.061.530/RS, admitido como representativo da controvérsia, ficou assentado pela Segunda Seção que, tendo os terceiros interessados sido ouvidos e se manifestado por escrito nos autos, a sustentação oral deve ficar reservada apenas para os advogados das partes envolvidas.

No mesmo recurso especial, o Ministro LUIZ FELIPE SALOMÃO, em seu voto-vista, ressaltou que a apreciação das questões arguidas no recurso especial e que não foram afetadas ao procedimento dos recursos repetitivos são da competência da Turma, mas diante da dificuldade prática do julgamento fragmentado pela Seção e pela Turma, deverá o recurso ser julgado em sua totalidade pela Seção. Para evitar dúvidas, esses pontos sobre os quais não repousa multiplicidade de questão de direito devem ser claramente destacados dos efeitos do art. 543-C, § 7º do CPC.

## CONCLUSÃO

O procedimento dos recursos especiais repetitivos inaugura uma nova fase da prestação jurisdicional do STJ, idealizado pelo legislador ordinário com a intenção de acelerar o trâmite dos recursos especiais, na medida em que racionaliza o julgamento de recursos múltiplos com fundamento em idêntica questão de direito, já que possibilita seja proferida uma única decisão para vários processos, respeitando a garantida constitucional do devido processo legal.

De acordo com os dados obtidos no sítio do Superior Tribunal de Justiça, no segundo semestre de 2008 o Tribunal recebeu 19.990 recursos especiais, número consideravelmente menor do que o registrado no mesmo período de 2007, que foi de 32.202.

Além disso, como bem salientou o Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, presidente do STJ no momento da edição da Lei 11.672/2008, a sistemática dos recursos repetitivos constituirá o mais poderoso instrumento processual capaz de firmar o papel constitucional do Superior Tribunal de Justiça como Corte unificadora da interpretação de lei federal e de afastar sua equivocada atuação como Tribunal de 3º grau de jurisdição, na medida em que permite que o STJ analise apenas uma única vez questões relevantes, cuja solução extrapole o interesse subjetivo das partes, garantindo uma prestação jurídica adequada a julgados de maior relevância ou considerável interesse social.

Ressalta, ainda, que o procedimento dos recursos especiais repetitivos contribuirá para minimizar o dispêndio de tempo e de verbas com o processamento do recurso, conforme se observa do seguinte trecho do artigo escrito pelo ilustre Ministro acerca da importância do procedimento instaurado pela Lei 11.672/2008:

*O projeto sancionado representa uma carta de alforria para o STJ. Em 2007, o tribunal julgou mais de 330 mil processos, dos quais 74% referiam-se a questões já pacificadas na corte. Nos últimos três anos, além do tempo dos ministros, foram gastos R\$ 175 milhões com o julgamento de recursos repetitivos. Esses processos lotam os gabinetes e dificultam o julgamento de matérias de maior interesse da sociedade.*

*(...)*

*A Lei 11.672/08 coroa providências já em vigor no Superior Tribunal de Justiça para agilizar o julgamento dos processos. Tais medidas são necessárias para resgatar o tribunal da inviabilidade em que se encontra. Na atual situação, o STJ recebe mais de mil processos por dia. Além de acarretar grande economia, a nova norma legal evitará que litigantes de má-fé valham-se do Poder Judiciário para se locupletar às custas dos cidadãos de bem<sup>20</sup>.*

O novo procedimento garante a aplicação do princípio da isonomia, ao dispor que os conflitos individuais que congestionam o Poder Judiciário devem ser resolvidos não pontualmente, mas de forma plural.

De fato, não há dúvidas de que essa sistemática acelera o trâmite dos processos, diminui a burocracia e o formalismo excessivo, incrementa a efetividade da prestação jurisdicional, bem como garante a uniformização dos julgamentos dos recursos repetitivos em sede do STJ, especialmente considerando a atual instabilidade jurisprudencial nos Tribunais Superiores, principalmente no STJ.

No entanto, convém apontar aqui as deficiências verificadas no decorrer da elaboração deste trabalho quanto ao procedimento dos recursos especiais repetitivos e que serão melhor delineadas pela experiência jurisprudencial do STJ.

a) quantificação dos “múltiplos” recursos que ensejarão a adoção do procedimento de recursos especiais repetitivos e a identificação das questões substancialmente idênticas, especialmente após superada a etapa inicial e alcançada uma carga de trabalho razoável no STJ;

b) a ausência de previsão legal de recurso para impugnar a decisão do Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal que sobrestar indevidamente um recurso.

Contra esse temor de processos tidos como repetitivos e barrados na origem indevidamente, o douto Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS rebate que *a regulamentação e a experiência superarão essa*

<sup>20</sup> Ob. cit.

*difficuldade que, de qualquer modo, é menos prejudicial do que a onerosa repetição de recursos. A regulamentação estabelecerá ainda canais de divulgação entre os diversos tribunais federais e estaduais, de modo que todos tenham amplo conhecimento dos processos repetitivos*<sup>21</sup>.

c) Os Tribunais de 2ª instância deverão tomar medidas para a criação de espaços físicos para acomodar o inevitável grande volume de processos sobrestados que se acumulará;

d) para a perfeita assimilação e funcionamento da nova sistemática deve ser combatida a cultura recursal no Brasil, que não se satisfaz com uma única decisão que lhe seja desfavorável;

e) Deverá ser exigido um maior controle dos setores responsáveis pelo exame de admissibilidade dos recursos especiais no tribunal de origem;

f) É necessário que os tribunais responsáveis pela regulamentação da Lei 11.672/2008, no âmbito de suas competências, sejam capazes de prever o maior número de situações a ocorrer diante do novo texto legal, a fim de contribuir para o sucesso do novo procedimento.

g) É possível que, a *contrario sensu* do art. 543-C, § 2º do CPC o relator no STJ identificar que não existe jurisprudência dominante sobre a questão jurídica controvertida e, ainda assim, decidir afetá-la ao colegiado competente, diante da constatação de multiplicidade de recursos fundados em idêntica questão de direito?

h) Para que o relator no STJ adote o procedimento dos recursos especiais repetitivos, como jurisprudência dominante incluem-se tantos súmulas e orientações consolidadas quanto o entendimento amplamente debatido e julgado como *leading case*, mesmo que ainda não tenha sido repetido reiteradas vezes?

<sup>21</sup> BARROS, Humberto Gomes. Carta de Alforria: Lei 11.672/2008 vai resgatar o STJ da inviabilidade. Disponível em [http://www.anajustra.org.br/mostra\\_noticia.php?id=1928](http://www.anajustra.org.br/mostra_noticia.php?id=1928). Acesso em 29 de agosto de 2009.



## REFERÊNCIAS

- ALVIM, J. E. Carreira. *Recursos especiais repetitivos: mais uma tentativa de desobstruir os Tribunais*. Revista de Processo, 33/2008, n. 162.
- ARAÚJO, José Henrique Mouta. *O julgamento dos recursos especiais por amostragem: notas sobre o art. 543-C do CPC*. Revista Dialética de Direito Processual, 08/2008, n. 65.
- BARROS, Humberto Gomes. Carta de Alforria: Lei 11.672/2008 vai resgatar o STJ da inviabilidade. Disponível em [http://www.anajustra.org.br/mostra\\_noticia.php?id=1928](http://www.anajustra.org.br/mostra_noticia.php?id=1928). Acesso em 29 de agosto de 2009.
- CARNEIRO, Athos Gusmão. *Primeiras observações sobre a lei dos recursos repetitivos no STJ*. Revista de Processo, 33/2008, n. 160.
- DANOSO, Denis. *Julgamento de recursos repetitivos no âmbito do STJ e o novo art. 543-C do Código de Processo Civil*. Disponível em <http://jus2.uol.com.br>. Acesso em 23.8.2009.
- LEMONS, Bruno Espiñeira. *Recursos Especiais Repetitivos*. Curitiba: Letra da Lei, 2009.
- MARTINS, Samir José Caetano. *O julgamento de Recursos Especiais Repetitivos (Lei 11.672/2008)*. Revista dialética de direito processual, 07/2008, n. 64.
- MAZZEI, Rodrigo Reis (Org.). *Dos recursos: temas obrigatórios e atuais*. Vitória: Instituto Capixaba de Estudos. 2002.
- NEGRÃO, Theotonio e José Roberto F. Gouvêa. *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*. São Paulo: Editora Saraiva. 2009.
- SILVA, José Afonso da. *Recurso extraordinário do direito processual brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963.
- SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos Recursos Cíveis e à Ação Rescisória*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *O novo art. 543-C do Código de Processo Civil (Lei nº 11.672, de 8.5.2008)*. Revista Forense, 5-6/2008, n. 397.
- WAMBIER, Luiz Rodrigues e VASCONCELOS, Rita de Cássia Corrêa. *Recursos especiais repetitivos: reflexos das novas regras (Lei 11.672/2008 e Resolução 8 do STJ) nos processos coletivos*. Revista de Processo, 33/2008, n. 163.
- WAMBIER, Teresa Arruda Alvim e MEDINA, José Miguel Garcia. *Sobre o novo art. 543-C do CPC: sobrestamento de recursos especiais 'com fundamento em idêntica questão de direito'*. Revista de Processo, 33/2008, n. 159.